

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.520 - RS (2018/0310931-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : LUCIO SOUZA PEREIRA MATTEUCCI
ADVOGADOS : FÁBIO RODRIGO PERESI - SP203310
RODRIGO ANDRADE MARTINI - SP351667
LUIZA DE VASCONCELOS CEOTTO - SP394093
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LUCIO SOUZA PEREIRA MATTEUCCI contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o seu apelo nobre.

Consta dos autos que ao agravante foi imputada a prática do delito previsto no artigo 69 da Lei n. 9.605/98, tendo sido absolvido com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Inconformada, a acusação interpôs recurso de apelação perante a Corte de origem, a qual deu provimento à irresignação, a fim de condenar o agravante pela prática do crime acima mencionado à pena de 1 ano e 2 meses de detenção, em regime inicial aberto, substituída por medidas restritivas de direitos.

Na mesma ocasião foi declarada extinta a punibilidade em decorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Contra a decisão foi apresentado o apelo nobre, com fulcro na alínea "a", do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas ns. 282 e 356/STF.

No presente recurso, alega o agravante que os óbices indicados na decisão de admissibilidade não incidiriam *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo, a fim de que seja admitido e provido o Recurso Especial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da insurgência e, caso conhecida, pelo não conhecimento do apelo nobre.

É o relatório.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal *a quo* por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o Recurso Especial interposto não merece seguimento.

Nas razões do apelo especial, alega o agravante violação aos artigos 381, inciso II e 564, inciso III, alínea "m", ambos do Código de Processo Penal, sob o argumento de que o Colegiado Estadual não teria analisado a tese levantada pela defesa em contrarrazões quanto à possibilidade de aplicação do princípio da insignificância.

Quanto ao ponto, verifica-se que, de fato, a matéria não foi objeto de análise e deliberação pelo Colegiado de origem, porém a parte não opôs embargos de declaração, a fim de sanar a omissão.

A jurisprudência deste Sodalício é assente no sentido da necessidade de oposição de embargos de declaração para sanar omissão do Tribunal ordinário, sob pena de inviabilizar a análise da questão nesta via especial por ausência de prequestionamento.

Nessa direção:

PENAL E PROCESSO PENAL. DESCAMINHO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. OPERAÇÃO PERSONA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CRIME DE QUADRILHA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 580, CPP.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO ACERCA DAS TESES AVENTADAS NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULAS 282 E 356, AMBAS DO STF. ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. DOSIMETRIA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES. SÚMULA 568/STJ. TESE DE ILICITUDE DE PROVA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS E QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DESCOBERTA INEVITÁVEL DE PROVA. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 2º e 5º DA LEI Nº 9.296/96. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. VIOLAÇÃO AO ART. 1º DA LEI Nº 8.137/90. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

[...]

X - A ausência de análise, pelo acórdão recorrido, quanto à violação ao art. 1º da Lei nº 8.137/90 enseja a oposição de embargos de declaração para sanar a omissão e viabilizar o necessário debate sobre a matéria, sob pena de inviabilizar o conhecimento do recurso especial, dada a ausência de prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356, ambas do STF.

XI - Não há que se falar em intimação da defesa para julgamento do agravo regimental, uma vez que se trata de recurso que independe de inclusão em pauta, nos termos do art. 258 do RISTJ, cabendo ao Relator a oportunidade e conveniência da apresentação para julgamento em mesa.

Agravo regimental desprovido. Contudo, acolho o requerimento avulso de fls. 6.507-6.510, para declarar a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao delito previsto no art. 288, CP.

(AgRg no AREsp 1031429/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 10/12/2018)

Assim, não tendo a matéria em apreço sido debatida na instância ordinária, mostra-se inviável a pretendida análise nesta via especial ante o óbice previsto no Enunciado n. 282 da Súmula do STF, que impede o conhecimento por este Sodalício de matérias não prequestionadas.

A propósito:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. DENÚNCIA. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. EXCEPCIONALIDADE. JUSTA CAUSA PARA A PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. EXCLUDENTE DE

ILICITUDE. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

6. Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

7. O tema da excludente de ilicitude (exercício regular de direito) não foi examinado pelo Tribunal de origem, inviabilizando sua apreciação por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 436733/TO, Rel. Minsitro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 24/08/2018)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 489, § 1º, DO CPC, E 3º E 387, I, II E III, AMBOS DO CPP. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PONTOS NÃO IMPUGNADOS NO REGIMENTAL. SÚMULA 182/STJ QUANTO ÀS MATÉRIAS. OFENSA AOS ARTS. 1º, 14, I, 109, IV, E 110, § 1º, TODOS DO CP, 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90, E 155 E 159, AMBOS DO CPP. TESES JURÍDICAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO ETÁRIA. INOCORRÊNCIA. TERMO A QUO DO PRAZO. SENTENÇA PUBLICADA EM CARTÓRIO E NÃO PERANTE A IMPRENSA OFICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 12, I, DA LEI Nº 8.137/90. MAJORANTE DO GRAVE DANO À COLETIVIDADE. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

1. "Incide por analogia o enunciado 182 da Súmula do STJ às matérias cujos fundamentos não foram impugnados no regimental". (AgRg no REsp 1127566/RS, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 23/03/2012)

2. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

3. "A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, nos termos do artigo 117, inciso IV, do Código Penal, a prescrição se interrompe na data da publicação da sentença em cartório, ou seja, de sua entrega ao escrivão, e não da intimação das partes ou publicação no órgão oficial". (AgRg no REsp 1680080/GO, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 14/11/2017)

4. "O Tribunal de origem, após a análise do valor sonogado e das demais circunstâncias fáticas que envolveram a prática delitiva, concluiu haver dano grave à coletividade que autorizaria a aplicação da causa de aumento do art. 12, I, da Lei n. 8.137/1990. Para

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

entender de maneira diversa, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, incabível em recurso especial". (AgRg no REsp 1468568/ES, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 06/10/2016)

5. Agravo regimental parcialmente conhecido, e nessa extensão, não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 1204462/SP, Rel. Minsitra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 13/08/2018)

Por tais razões, **conheço do agravo para não conhecer do Recurso Especial**, nos termos do artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator